



## POLÍTICAS SOCIAIS E DIFERENCIAIS NO DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO EM MUNICÍPIOS DE FRONTEIRA E NÃO FRONTEIRIÇOS

Edemar Rotta  
Ivann Carlos Lago  
Neusa Rossini  
Daniela Morais de Lima

### Resumo:

A região Noroeste do Rio Grande do Sul situa-se em espaço de fronteira com a Argentina, apresentando situações peculiares em termos de desenvolvimento quando se comparam municípios de fronteira e não fronteiriços. Este artigo reflete sobre as possibilidades de entender estes diferenciais de desenvolvimento entre municípios de fronteira e não fronteiriços a partir da aplicação do fundo público em políticas sociais. Analisa-se a aplicação do fundo público em políticas sociais, no período compreendido entre 2007 e 2015, e as possibilidades dos mesmos constituírem-se em fatores explicativos dos diferenciais de desenvolvimento. Realiza-se a comparação a partir dos indicadores presentes no Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE). A pesquisa está referenciada nos aportes do método dialético e na utilização das ferramentas da revisão bibliográfica e da análise de documentos. Constata-se que todos os municípios apresentaram crescimento nos valores *per capita* aplicados quando se trata do conjunto das políticas sociais, com destaque para a área de educação e cultura e ressalvas para saúde, saneamento, habitação e urbanismo. Esta ampliação dos investimentos teve sintonia com os indicadores de desenvolvimento. Porém, os diferenciais de aplicação do fundo público em políticas sociais, entre os municípios de fronteira e não fronteiriços, não se mostraram suficientes para explicar os diferenciais de desenvolvimento, exigindo novas perspectivas de estudos.

**Palavras chave:** Municípios. Fronteira. Fundo Público. Desenvolvimento. Política Social.



## Introdução

As experiências de Estado Social<sup>1</sup>, desenvolvidas ao longo do século XX, evidenciaram que a ação do Estado, através da mobilização do fundo público e sua aplicação em políticas sociais, se constitui em condicionante fundamental nos processos de desenvolvimento das sociedades. Estas experiências também foram determinantes para afirmar uma nova compreensão de desenvolvimento para além da ideia dominante até o período, centrada apenas no crescimento econômico e nos fatores de produção. A compreensão de que o desenvolvimento de uma sociedade abrange múltiplos fatores, diversos destes associados diretamente aos indicadores sociais, exige estudos mais detalhados a respeito das experiências de políticas sociais implantadas e de sua relação com o desenvolvimento das diferentes formações sociais.

Estudos realizados por Rotta (2007 e 2012) e Rotta, Lago e Rossini (2017), a respeito da região Noroeste do Rio Grande do Sul, identificaram a existência de uma inter-relação entre a aplicação do fundo público em políticas sociais (educação, cultura, saúde, saneamento, habitação, urbanismo, previdência, assistência social e trabalho) e as dinâmicas de desenvolvimento nos municípios da região, ao longo das décadas de 1990 e 2000. Porém, estes mesmos estudos apontaram situação peculiar vivida pelos municípios de fronteira com a Argentina, nos quais constata-se diferencial expressivo nos indicadores de desenvolvimento quando comparados com municípios semelhantes, da mesma região, mas não situados em espaços de fronteira. Esta constatação motivou a realização de estudo específico a fim de verificar se estes diferenciais encontram correlação com a aplicação do fundo público em políticas sociais ou devem ser buscadas outras variáveis explicativas.

Tem-se presente que o termo fronteira remete a múltiplos significados possíveis<sup>2</sup>. Os mais utilizados na literatura das ciências humanas e sociais centram-se em aspectos territoriais e sociais. A Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu Cap. II, art. 20, § 2º, define a “faixa de fronteira” como uma área de até 150 Km de largura a partir do limite físico com outro país, considerando-a como fundamental para a defesa do território e tendo sua ocupação e utilização reguladas por Lei. Considerando essa distância do limite com a

---

<sup>1</sup> Entendendo como as diversas experiências de Estado (liberal, corporativista, conservadora, social democrata) que se desenvolveram no mundo a partir das ideias econômicas Keynesianas, da discussão dos direitos sociais e da nova discussão da relação entre Estado, sociedade e mercado que se desenvolveu no contexto do pós-guerra (COUTO, 2004).

<sup>2</sup> Na reflexão sobre os conceitos básicos que orientam a elaboração deste texto deixa-se mais clara a compreensão do conceito.



Argentina, a maior parte dos municípios do Noroeste gaúcho enquadram-se nessa condição de faixa de fronteira e, da Região Funcional 7<sup>3</sup>, os 77 municípios estão nesta condição.

Toma-se como referência para a realização deste estudo os 15 municípios da Região Funcional 7 que fazem fronteira física com a Argentina e compara-se com outros 15 que não estão na condição de fronteira física, mas que apresentam estrutura socioeconômica semelhante. A partir dessa comparação busca-se estabelecer algumas inferências em termos de aplicação do fundo público em políticas sociais e suas possíveis relações com indicadores de desenvolvimento destes municípios. Esta opção por selecionar os municípios limítrofes e não limítrofes para a comparação não significa que se está restringindo o conceito de fronteira à uma dimensão meramente física de linha que separa um Estado Nacional de outro, mas sim representa uma opção metodológica que nos permite situá-los no contexto regional e estabelecer um recorte analítico.

O texto aqui proposto está estruturado em três partes fundamentais. Na primeira, apresenta-se os conceitos básicos que orientam o estudo. Na segunda, explicita-se a proposta metodológica empregada. Na terceira, aponta-se os resultados obtidos e alguns desafios para novas pesquisas.

## 1 Conceitos básicos que orientam o estudo

Este estudo está referenciado em quatro conceitos básicos e na relação entre eles: fronteira, fundo público, políticas sociais e desenvolvimento. Quando convertidos em objetos de pesquisa, estes conceitos já possuem vasta tradição de estudos no sentido de demarcar o “estado da arte” em cada um deles. Portanto, este texto não tem a pretensão de retomar estes estudos, mas sim estabelecer um recorte no sentido de deixar clara a compreensão com a qual se trabalha.

Grande parte da tradição dos estudos de fronteira remetem aos clássicos da geografia política alemã e francesa, pois envolvem aspectos territoriais, sociais, econômicos, culturais, políticos e antropológicos, gerando múltiplos significados e possibilidades analíticas (CASTRO et al, 1995; BECKER; HAESBAERT; SILVEIRA, 1983). A afirmação dos Estados Modernos como forma predominante de organização sociopolítica

---

<sup>3</sup> Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento do RS (COREDES) foram agregados em nove Regiões Funcionais de Planejamento, com base em critérios de homogeneidade econômica, ambiental e social e outras características similares (RIO GRANDE DO SUL, 2015). A Região Funcional 7 abarca 77 municípios do Noroeste do RS, sendo referência para o estudo do mesmo.



associou a compreensão de fronteira às ideias de soberania, limite, identidade, poder e jogo de forças, acentuando os enfoques geopolítico e socioeconômico.

Porém, com o advento da globalização, a partir das últimas décadas do século XX, a ideia de fronteira passa por novas ressignificações. Por um lado, constrói-se uma tradição de estudos que a entende como um conceito superado, pois se estaria configurando “um mundo sem fronteiras”, no qual a globalização tenderia a processos de homogeneização e dissolução das barreiras para a livre circulação de pessoas, mercadorias, capital e serviços (OHMAE, 1991 e 1996). Por outro, pode-se falar na retomada do conceito de fronteira, quer como reação ao processo de globalização, quanto pela ampliação de seu escopo na direção de aspectos sociais, culturais e antropológicos (RODRIGUES, 2015; HORTELAN, 2016; SILVA; TOURINHO, 2017).

Estar na fronteira significa estar em um “espaço limite”, entre o pertencimento e o não pertencimento; entre a identidade e a diferença; entre o início e o fim; entre o ter e o não-ter; entre o ser e o não-ser. Porém, também representa um espaço de relações privilegiadas entre os diferentes; de alteridade; de fluidez; de contatos; de trocas; de interações (HORTELAN, 2016; SILVA; TOURINHO, 2017).

Neste estudo foca-se na dimensão da fronteira como “espaço limite” entre Estados Nacionais, permeada por múltiplas relações, tradições e interesses. A fronteira internacional pode fomentar e potencializar interações e possibilidades, mas também pode ampliar as dificuldades, ainda mais quando se registram percursos históricos marcados pelo predomínio de uma “Ideologia da Segurança Nacional”<sup>4</sup>, dificultando a manutenção, no longo prazo, de políticas e relações internacionais proativas em busca do desenvolvimento desses territórios. O caso brasileiro e, da região em estudo, aponta na direção dessa segunda tendência.

Os estudos sobre fundo público procuram ampliar as reflexões a respeito dos recursos e instrumentos que o Estado possui para implantar políticas públicas, para além do orçamento público. Salvador (2012) caracteriza o fundo público como “toda a capacidade de mobilização de recursos que o Estado tem para intervir na economia” (p. 07) e nas demais dimensões de organização da sociedade, quer via empresas públicas, política monetária,

---

<sup>4</sup> Pensamento que nasce na primeira metade do século XX, mas que afirma-se no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial e da guerra fria. Trabalha com a ideia de que a fronteira entre Estados Nacionais deve ser objeto de vigilância e defesa, no sentido da soberania absoluta sobre o território, pois, do outro lado, está o inimigo que ameaça sua soberania. Essa visão acaba por traduzir-se também nas dimensões internas, incentivando a percepção do outro/diferente como inimigo/ameaça que deve ser combatida ou, no mínimo, mantida certa distância vigilante.



fiscal e tributária ou orçamento público, visando o desempenho de suas múltiplas funções. Behring (2010), ao discutir fundo público, deixa evidente que o mesmo está diretamente ligado a interesses de classes e grupos, sendo sujeito a negociações, nas mais variadas e amplas arenas de disputa, na configuração de cada formação social, em cada momento histórico.

Neste estudo, ao se falar em orçamento público, ou mais especificamente em conjunto de “gastos”<sup>5</sup> inclusos nas despesas por função, executadas pelos municípios, se está entendendo como a parte do fundo público disponível aos municípios para ser aplicada na implantação de suas políticas. Varela, Martins e Corrar (2009) evidenciam que, nos debates sobre o orçamento público, os “gastos sociais” ganharam projeção a partir do momento em que os indicadores sociais passaram a ser utilizados, por organismos internacionais, para avaliar as administrações públicas, os países e as regiões, em termos de qualidade e de desenvolvimento. Esta inter-relação entre orçamento público, gastos sociais, indicadores sociais e desenvolvimento já é tradição de debate em políticas sociais (ROTTA, 2007).

As políticas sociais, originadas da relação entre trabalho e capital, mediadas pela ação do Estado, a partir de meados do século XIX, são criadas para responder às novas exigências da expansão do capitalismo. Ao longo do século XX, as políticas sociais vão se afirmando na perspectiva de garantir direitos e consolidar relações mediadas entre trabalho e capital. As experiências de Estado Social foram fundamentais para isso. Porém, o processo de reestruturação capitalista, fundado no ideário neoliberal, tem atribuído às políticas sociais e aos direitos conquistados pelos trabalhadores muitas das mazelas da crise do Estado e da própria reprodução do capital, exigindo revisões e supressões de políticas e de direitos. Neste contexto urge reafirmar a visão das políticas sociais como “o conjunto de provisões de necessidades sociais do cidadão que são incluídas como de responsabilidade social e pública” (SPOSATI, 2002, p. 38), sendo instrumentos essenciais para garantir os direitos fundamentais do cidadão, a emancipação e a participação na sociedade.

Ao realizar revisão de literatura a respeito das políticas sociais, Castro (2012) refere que não se pode falar da existência de uma definição inequívoca do que sejam políticas

---

<sup>5</sup> Utiliza-se o termo “gastos” por ser o de uso corrente na administração pública e na legislação que rege a área da contabilidade pública no Brasil. O termo “gastos”, na linguagem corrente da população em geral, está eivado de caráter pejorativo, traduzindo uma visão de desperdício e falta de zelo, não adequadas quando se pretende compreender o montante de recursos públicos utilizados na prestação de serviços essenciais à população.



sociais, chamando a atenção para o fato de que as diversas concepções adotadas por pesquisadores e formuladores de políticas estão preocupadas tanto com aspectos teóricos, quanto com aspectos ligados à prática concreta. Apesar das dificuldades e limitações no estabelecimento de um conceito, Castro (2012) entende a política social como “sendo composta por um conjunto de programas e ações do Estado<sup>6</sup> que se concretizam na garantia da oferta de bens e serviços, nas transferências de renda e regulação dos elementos do mercado” (p. 1014), visando viabilizar a proteção social e a promoção social.

No que concerne à compreensão de desenvolvimento, a pesquisa<sup>7</sup> que dá base à produção deste artigo filia-se ao enfoque histórico-estrutural, da tradição brasileira e latino-americana sistematizada nos escritos de Celso Furtado e Raúl Prebisch. Nesta tradição, a ideia de desenvolvimento possui ao menos três dimensões. A primeira, aponta para o necessário incremento da eficácia do sistema social de produção, na medida em que o mesmo, mediante a acumulação e o progresso técnico, eleva a produtividade de força de trabalho. A segunda, vincula-se à satisfação das necessidades humanas elementares da população, no sentido de garantir a dignidade e promover a cidadania. A terceira, reitera a importância de um projeto ideológico de futuro, que estabeleça objetivos claros, definidos na esfera política e a partir de interesses de grupos e classes sociais. Nesse sentido, entende-se que só haverá verdadeiro desenvolvimento quando existir um projeto social subjacente (ROTTA; LAGO; ROSSINI, 2017).

Perspectiva essa que é corroborada por Randolph (2016) ao afirmar que só haverá verdadeiro desenvolvimento onde existir um projeto social subjacente. Um projeto de transformação da realidade na direção da realização das potencialidades humanas, como “alargamento do horizonte de possibilidades de determinada sociedade” ou “realização das potencialidades humanas em duas direções” (RANDOLPH, 2016, p. 53). De um lado, pela “exploração de potencialidades já presentes na realidade” (desenvolvimento endógeno, fundado na participação, que pode alargar o potencial de ação da coletividade, a autodeterminação e a liberdade); de outro, pela produção de potencialidades, externamente, “por meio da ativação de recursos materiais e simbólicos inexistentes até então, o que poderia estimular a mobilização de sujeitos sociais e políticos” (p. 53).

---

<sup>6</sup> Pfeifer (2014) destaca que, embora sendo atribuição fundamental do Estado, as políticas sociais podem ser implementadas por instituições públicas estatais, não estatais e até mesmo privadas, porém coordenadas por uma política pública articulada.

<sup>7</sup> Projeto de pesquisa em desenvolvimento na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) sob o título “Políticas sociais e desenvolvimento: investimentos públicos e dinâmicas socioeconômicas no Noroeste do Rio Grande do Sul”.



Nesta perspectiva analítica compreende-se que o desenvolvimento implica, portanto, em um processo de transformação da estrutura produtiva, das relações sociais, das instituições, da organização política, das bases culturais e da própria relação dos seres humanos com a natureza. Trata-se de um fenômeno que acontece na dinâmica das relações sociais e em contextos concretos, conjugando crescimento econômico e melhoria das condições de vida da população como um todo. É objeto do jogo de forças, dos conflitos de classes, dos interesses dos diferentes grupos, das políticas públicas, dos governos e dos organismos nacionais e internacionais. É produto de relações tensas e contraditórias estabelecidas nas sociedades e na relação destas com as demais (ROTTA; LAGO; ROSSINI, 2017).

## 2 Metodologia utilizada

A pesquisa que dá base a este artigo vem sendo desenvolvida sob os aportes do método dialético, em suas categorias fundamentais da historicidade, da contradição e da totalidade. A historicidade no sentido da processualidade, da não naturalização dos fenômenos, da contextualização, do entendimento das suas vinculações objetivas com o real concreto vivido e com os espaços específicos. A contradição como possibilidade de perceber os diversos interesses em disputa, a não linearidade, os avanços, retrocessos e tensões que permeiam qualquer realidade concreta e suas manifestações. A totalidade como imperativo de perceber a interligação entre os diferentes elementos que compõem qualquer fenômeno, realidade ou manifestação do mesmo.

A metodologia adotada possui, predominantemente, o enfoque qualitativo, pois busca-se apontar tendências e possibilidades de articulação e inter-relação entre recursos do fundo público aplicados nas políticas sociais selecionadas e indicadores de desenvolvimento. Quanto aos procedimentos técnicos, trabalha-se com a revisão bibliográfica, o estudo de documentos e a análise de dados secundários (PRODANOV; FREITAS, 2013). O desenho da pesquisa foi do tipo longitudinal retrospectivo, que permite a identificação das variações periódicas ocorridas em determinadas categorias, conceitos, eventos, variáveis, contextos ou comunidades (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). A variável acompanhada na sequência temporal, entre 2007 e 2015, foi o montante de despesas por funções aplicado nas políticas sociais selecionadas. Adotou-se uma amostragem de municípios, por conveniência e não probabilística, em face do interesse em



estudar os municípios de fronteira com a Argentina, pertencentes à Região Funcional 7 dos COREDES e compará-los com municípios não fronteiriços, da mesma região, com perfis socioeconômicos semelhantes (porte populacional e estrutura econômica).

Foram selecionados os 15 municípios da Região Funcional 7 que fazem fronteira física com a Argentina e outros 15 que não estão no limite de fronteira (vide Quadro 01), perfazendo 30 municípios para um total de 77 que pertencem à Região Funcional 7. Como o objetivo é comparar os municípios em termos de aplicação do fundo público nas políticas sociais e sua possível repercussão nos indicadores de desenvolvimento, selecionou-se o conjunto das políticas de educação, cultura, saúde, saneamento, habitação, urbanismo, previdência, assistência social e trabalho, que representam a quase totalidade dos “gastos sociais” dos municípios, identificados através das planilhas “gasto por função”. Estas planilhas do 30 municípios foram extraídas da base de dados da Secretaria do Tesouro Nacional<sup>8</sup> e os dados foram organizados a partir das áreas de políticas sociais definidas e atualizados para a data de 31 de outubro de 2016, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), a fim de possibilitar comparações e análises.

De forma semelhante, para constituir os indicadores de desenvolvimento, utilizou-se como referência o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) do estado do Rio Grande do Sul, disponível<sup>9</sup>, em sua série histórica, no site da Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul (FEE), em seus três blocos de variáveis: educação, saúde e renda. Como houve mudança na metodologia de cálculo do IDESE em de 2006, delimitou-se o período de 2007 a 2015 para o estudo comparativo, uma vez que no mesmo utiliza-se a nova metodologia<sup>10</sup>. Sendo 2007 como o primeiro ano da IDESE com a aplicação da nova metodologia e 2015 como o último ano de dados disponíveis. Esse mesmo marco temporal foi utilizado na organização dos dados da aplicação do fundo público.

<sup>8</sup> Entre os anos de 1997 a 2012 os dados das contas municipais eram disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional através da Finanças Brasil – Dados Contábeis do Municípios (FINBRA). A partir de 2013, o Tesouro Nacional implantou o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). Vide <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>

<sup>9</sup> Vide: <https://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/>

<sup>10</sup> Vide: <https://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/metodologia/>



### 3 Fundo público, políticas sociais e diferenciais no desenvolvimento: alguns indicativos a partir da pesquisa realizada

O processo de pesquisa, especialmente nas ciências humanas, sociais e sociais aplicadas, muito mais do que conduzir a resultados peremptórios, intenta compreender os fenômenos e apontar possibilidades. Neste intuito, este artigo quer apontar algumas constatações verificadas na pesquisa realizada e refletir sobre elas a partir do aporte teórico estabelecido como ferramenta analítica. Tem-se presente que tratam-se de evidências provisórias que podem e devem ser submetidas a novos estudos no sentido qualificar os processos e os produtos.

Para a apresentação das constatações evidenciadas na pesquisa opta-se por analisar, em primeiro lugar, os valores *per capita* aplicados no total das políticas sociais de acordo com as planilhas de gasto por função, durante o período 2007 a 2015. Em um segundo momento demonstra-se os valores *per capita* aplicados nas políticas sociais de educação e cultura (grupo 01) e saúde, saneamento; habitação e urbanismo (grupo 02). Essa opção se dá pois esses dois grandes conjuntos de políticas sociais possuem um influxo direto nos indicadores presentes no IDESE em termos de educação (grupo 01) e saúde (grupo 02). Em cada um desses passos apresenta-se os indicadores do IDESE, no sentido de identificar possíveis correlações com os valores do fundo público aplicados.

Analisando os valores<sup>11</sup> *per capita* aplicados percebe-se, entre o início e o final do período, que todos os municípios apresentaram crescimento nos valores aplicados, tendo presente que os valores deflacionados (Vide quadro 01). Entre os municípios de fronteira que apresentam os maiores valores *per capita* aplicados destacam-se Porto Vera Cruz, Garruchos e Porto Mauá, enquanto os menores valores encontram-se em Crissiumal, Porto Xavier e Alecrim. Entre os não de fronteira, os maiores valores encontram-se em São José do Inhacorá, Nova Candelária e Senador Salgado Filho, enquanto os menores valores são apresentados por Tenente Portela, Cerro Largo e Guarani das Missões. Entre os trinta analisados, o município que apresenta o maior valor *per capita* aplicado, ao longo do período analisado, é Porto Vera Cruz (de fronteira). Enquanto os menores valores encontram-se em Cerro Largo (não fronteiroço).

---

<sup>11</sup> Optou-se por representá-los em uma sequência que tomasse os anos ímpares para tornar possível a visualização, e um quadro apenas, dos municípios de fronteira e não fronteiriços, ao longo de todo o período. Os anos não expostos no quadro também foram objeto de estudo.



Analisando os dados do IDESE do período constata-se que os 30 municípios melhoraram seus indicadores, evidenciando certa correlação com a ampliação dos valores do fundo público aplicados. Fica evidente que os municípios de fronteira apresentam melhoras mais significativas do que os não fronteiriços, mas também que seus indicadores ainda encontram-se abaixo dos demais, em sua grande maioria. Dos trinta municípios pesquisados, 25 apresentaram crescimento dos indicadores acima da média estadual no período, que foi de 7,7% (FEE, 2018). O pior desempenho foi apresentado por Porto Xavier (1,5%), enquanto o melhor por Roque Gonzales (34%), sendo os dois municípios de fronteira. Percebe-se que a condição de fronteira não é o determinante para o desempenho, mas sim a opção de investimento do fundo público, pois Porto Xavier está entre os municípios que apresentam os menores valores *per capita* aplicados em políticas sociais entre os pesquisados. Em relação à média estadual do IDESE para 2015 (0,751%), 13 municípios de fronteira e 08 não fronteiriços encontram-se abaixo da mesma (quadro 01).

Os dados apresentados no quadro acima não permitem inferir que a condição de fronteira seja fator determinante na destinação ou não de recursos do fundo público para as políticas sociais. Muito menos que o determinante seja o tamanho do município ou seu desempenho em termos de Produto Interno Bruto (PIB). Essa constatação vem corroborar resultados já apresentados em pesquisas anteriores (ROTTA, 2007 e 2012; ROTTA; LAGO; ROSSINI, 2017).

**Quadro 01:** Valores *per capita* aplicados em Políticas Sociais X Desempenho no IDESE - 2007 – 2015.

Municípios de Fronteira						Municípios que não são de fronteira					
Município	2007	2009	2011	2013	2015	Município	2007	2009	2011	2013	2015
Alecrim	1.808,37	2.211,04	2.462,04	2.485,01	2.460,96	Alegria	2.416,54	3.444,41	3.627,56	3.520,17	3.660,64
Crissiumal	1.794,47	1.964,83	2.383,25	2.348,70	2.486,44	Boa Vista do Buricá	2.034,21	2.635,03	2.794,34	2.548,52	2.725,01
Derrubadas	3.519,32	5.915,22	5.343,19	5.864,32	4.617,59	Bossoroca	2.584,07	3.425,91	3.467,24	3.333,25	3.204,09
Doutor Maurício Cardoso	2.789,14	3.226,36	3.463,34	3.858,59	3.357,22	Braga	2.955,39	2.973,13	4.483,93	3.867,66	3.316,04
Esperança do Sul	2.929,36	3.404,77	3.759,05	3.806,64	3.806,89	Cerro Largo	1.584,39	1.885,63	2.298,57	2.068,31	1.757,00
Garruchos	4.790,75	5.224,33	7.080,04	5.826,88	4.575,43	Guarani nas Missões	1.851,96	2.112,61	2.446,27	2.577,47	2.566,88
Novo Machado	3.217,48	3.582,41	3.957,41	3.778,82	4.124,42	Nova Candelária	4.283,32	4.131,82	4.843,36	4.882,80	4.877,99
Pirapó	3.808,19	4.102,76	4.587,06	4.620,76	4.899,99	São José do Inhacorá	3.675,31	4.281,31	4.236,83	5.222,91	5.172,36
Porto Lucena	2.123,39	2.699,94	2.820,83	2.889,68	*	São Martinho	2.178,69	2.802,80	2.900,16	2.981,13	3.133,94
Porto Mauá	3.909,19	3.986,77	5.086,20	4.985,46	5.101,33	São Miguel das Missões	2.521,96	2.782,45	2.903,66	3.441,80	3.514,60
Porto Vera Cruz	6.335,70	6.441,32	6.917,77	7.112,44	7.167,14	Sede Nova	3.746,41	3.378,33	4.265,66	4.247,78	4.666,37
Porto Xavier	1.833,65	2.190,99	2.238,63	2.484,60	2.357,42	Senador Salgado Filho	3.217,89	3.435,54	4.166,03	4.386,62	4.557,37
Roque Gonzales	1.992,01	3.074,85	2.693,34	3.022,36	3.115,76	Tenente Portela	1.590,56	1.868,74	2.104,93	2.205,35	2.071,91
São Nicolau	2.247,67	2.872,48	3.135,93	3.134,82	3.192,91	Tucunduva	2.252,67	2.325,54	3.069,70	2.754,28	2.996,50
Tiradentes do Sul	1.965,93	2.186,83	2.755,98	2.786,99	2.602,26	Vitória das Missões	2.951,14	4.330,90	3.740,65	3.816,81	3.747,14

Municípios de fronteira						Municípios não fronteiriços					
Município	2007	2009	2011	2013	2015	Município	2007	2009	2011	2013	2015
Alecrim	0,623	0,617	0,625	0,677	0,692	Alegria	0,657	0,677	0,693	0,713	0,756
Crissiumal	0,660	0,669	0,701	0,737	0,742	Boa Vista do Buricá	0,730	0,730	0,747	0,790	0,796
Derrubadas	0,681	0,653	0,688	0,696	0,728	Bossoroca	0,678	0,704	0,671	0,740	0,745
Doutor Maurício Cardoso	0,684	0,682	0,725	0,742	0,757	Braga	0,604	0,628	0,642	0,688	0,684
Esperança do Sul	0,555	0,577	0,620	0,646	0,674	Cerro Largo	0,722	0,745	0,754	0,788	0,791
Garruchos	0,604	0,603	0,622	0,675	0,724	Guarani das Missões	0,671	0,665	0,713	0,732	0,733
Novo Machado	0,653	0,631	0,673	0,735	0,748	Nova Candelária	0,764	0,825	0,786	0,803	0,804
Pirapó	0,638	0,630	0,631	0,670	0,711	São José do Inhacorá	0,698	0,705	0,773	0,802	0,779
Porto Lucena	0,642	0,649	0,665	0,677	0,708	São Martinho	0,689	0,693	0,736	0,775	0,784
Porto Mauá	0,683	0,699	0,687	0,726	0,739	São Miguel das Missões	0,668	0,676	0,672	0,729	0,729
Porto Vera Cruz	0,607	0,612	0,622	0,701	0,706	Sede Nova	0,705	0,697	0,717	0,754	0,737
Porto Xavier	0,662	0,654	0,653	0,699	0,670	Senador Salgado Filho	0,625	0,678	0,673	0,736	0,731
Roque Gonzales	0,585	0,629	0,673	0,704	0,785	Tenente Portela	0,625	0,656	0,699	0,721	0,724
São Nicolau	0,570	0,562	0,604	0,631	0,685	Tucunduva	0,743	0,771	0,775	0,795	0,784
Trindade do Sul	0,624	0,640	0,659	0,696	0,710	Vitória das Missões	0,638	0,639	0,628	0,695	0,715

**Fonte:** Dados organizados pelos autores a partir de BRASIL (2013 e 2016) e FEE (2018).

\* Dados não informados.

Tomando como referência os valores *per capita* aplicados em educação e cultura percebe-se, de forma geral, uma tendência de crescimento nos montantes aplicados, como destacado anteriormente. Porto Vera Cruz, Garruchos e Derrubadas são os de fronteira que mais investem. Nova Candelária, São José do Inhacorá e Senador Salgado filho são os não



fronteiriços que mais investem. Consta-se que o elemento fronteira não é determinante, como evidenciado no caso geral das políticas sociais. Evidencia-se que o município que menos investe, ao longo de todo o período, é Cerro Largo, com valores três vezes menor do que o que mais investe, que é Nova Candelária; os dois, municípios não fronteiriços.

**Quadro 02:** Valores *per capita* aplicados em Educação, 2007 – 2015.

Municípios de Fronteira					Municípios que não são de fronteira						
Município	2007	2009	2011	2013	2015	Município	2007	2009	2011	2013	2015
Alecrim	468,53	582,59	500,88	524,81	525,53	Alegria	599,88	716,89	1.018,79	683,74	673,67
Crissiumal	419,26	526,29	660,01	734,28	858,06	Boa Vista do Buricá	523,28	599,88	581,73	671,72	680,25
Derrubadas	905,94	999,93	1.390,39	1.473,50	1.395,10	Bossoroca	721,45	847,46	843,69	875,34	904,66
Doutor Maurício Cardoso	630,65	606,90	606,51	686,25	686,61	Braga	663,62	633,37	940,21	907,11	779,33
Esperança do Sul	653,61	773,47	860,04	1.161,32	957,48	Cerro Largo	321,84	355,83	522,02	424,71	360,79
Garruchos	1.313,11	1.284,81	1.631,35	1.324,77	958,63	Guarani nas Missões	490,37	485,11	547,21	670,37	652,58
Novo Machado	594,85	464,29	597,20	514,73	537,87	Nova Candelária	1.136,58	823,36	1.240,78	1.162,73	1.054,99
Pirapó	1.008,95	993,42	600,22	995,09	1.020,97	São José do Inhacorá	960,15	778,96	762,28	984,38	1.193,43
Porto Lucena	587,65	509,95	522,22	584,00	*	São Martinho	541,51	698,47	757,73	681,83	665,88
Porto Mauá	960,81	659,77	823,64	843,07	844,47	São Miguel das Missões	718,82	919,26	739,73	979,20	918,17
Porto Vera Cruz	1.461,66	1.097,19	907,77	1.035,74	1.038,66	Sede Nova	760,73	821,44	943,26	996,84	934,65
Porto Xavier	429,93	646,01	630,23	670,00	630,09	Senador Salgado Filho	931,61	738,65	707,52	989,05	1.098,76
Roque Gonzales	570,48	683,22	688,85	751,66	761,39	Tenente Portela	349,95	400,07	553,66	588,69	495,30
São Nicolau	582,43	643,70	676,42	658,32	698,26	Tucunduva	487,27	397,60	432,76	477,94	505,57
Tiradentes do Sul	553,35	694,04	599,69	692,79	686,07	Vitória das Missões	599,01	707,39	816,27	763,12	789,01

**Fonte:** Dados organizados pelos autores a partir de BRASIL (2013 e 2016).

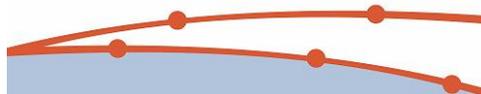
Quando se analisam os dados do IDESE no quesito Educação, constata-se que ocorreram crescimentos significativos no indicador da grande maioria dos municípios. Chama atenção o resultado negativo de Porto Xavier, o único que reduziu seu indicador ao longo da série analisada, corroborando o que já se destacou anteriormente. Também percebe-se uma associação nítida entre os destaques nos valores aplicados e a melhoria dos indicadores, como são os casos de Porto Vera Cruz (43%) e de Garruchos (39,5%). Em relação à média estadual para 2015 (0,698), evidencia-se que 6 municípios não fronteiriços e 4 de fronteira encontram-se abaixo da mesma, mais uma vez corroborando a assertiva de que não é apenas o dado fronteira o elemento determinante. Vide quadro abaixo.

**Quadro 03:** IDESE Educação, 2007 – 2015.

Municípios de fronteira						Municípios que não são de fronteira					
Municípios	2007	2009	2011	2013	2015	Municípios	2007	2009	2011	2013	2015
Alecrim	0,639	0,606	0,568	0,694	0,753	Alegria	0,665	0,653	0,651	0,689	0,773
Crissiumal	0,708	0,661	0,718	0,780	0,767	Boa Vista do Buricá	0,752	0,750	0,730	0,761	0,794
Derrubadas	0,654	0,614	0,724	0,719	0,774	Bossoroca	0,687	0,718	0,668	0,759	0,756
Doutor Maurício Cardoso	0,716	0,707	0,727	0,726	0,776	Braga	0,647	0,664	0,677	0,715	0,683
Esperança do Sul	0,460	0,465	0,531	0,535	0,634	Cerro Largo	0,664	0,676	0,684	0,761	0,782
Garruchos	0,533	0,512	0,540	0,614	0,742	Guarani das Missões	0,679	0,605	0,701	0,709	0,736
Novo Machado	0,645	0,603	0,686	0,764	0,788	Nova Candelária	0,645	0,717	0,726	0,748	0,750
Pirapó	0,675	0,635	0,661	0,711	0,766	São José do Inhacorá	0,684	0,694	0,784	0,795	0,763
Porto Lucena	0,688	0,650	0,675	0,656	0,748	São Martinho	0,706	0,688	0,723	0,763	0,794
Porto Mauá	0,751	0,768	0,715	0,754	0,779	São Miguel das Missões	0,520	0,528	0,547	0,608	0,654
Porto Vera Cruz	0,546	0,571	0,565	0,748	0,782	Sede Nova	0,659	0,625	0,688	0,688	0,680
Porto Xavier	0,724	0,701	0,684	0,753	0,714	Senador Salgado Filho	0,535	0,623	0,569	0,649	0,669
Roque Gonzales	0,590	0,626	0,669	0,740	0,691	Tenente Portela	0,609	0,671	0,738	0,714	0,680
São Nicolau	0,547	0,544	0,598	0,570	0,670	Tucunduva	0,758	0,791	0,789	0,831	0,814
Tiradentes do Sul	0,655	0,618	0,637	0,708	0,682	Vitória das Missões	0,600	0,584	0,574	0,699	0,744

**Fonte:** Dados organizados pelos autores a partir de FEE (2018).

Tomando como referência os dados de aplicação em saúde e saneamento e em habitação e urbanismo percebe-se que para o primeiro grupo (saúde e saneamento) há uma tendência de crescimento em quase todos os municípios até o ano de 2013, invertendo-se em 2014 e 2015. Em 2015, 21 municípios apresentaram tendência de queda nos valores per capita aplicados em saúde e saneamento, sendo doze de fronteira e nove não fronteiriços. Pode-se inferir que a crise econômica nacional tenha sido um dos fatores básicos para explicar esse fato. Em relação à aplicação do fundo público em habitação e urbanismo percebe-se uma oscilação que impede análise mais objetivas, evidenciando que esta área não está presente nas prioridades de investimento dos municípios. Em estudos anteriores (ROTTA, 2007 e 2012; ROTTA; LAGO; ROSSINI, 2017) já se chamou a atenção para isso e se ligou este fato à compreensão dominante nos municípios de que estas áreas são de responsabilidade dos governos estadual e federal. Vide quadro 04.



**Quadro 04:** Valores *per capita* aplicados em Saúde e Saneamento e em Habitação e Urbanismo, 2007 – 2015.

Municípios de Fronteira	Habitação e Urbanismo	Saúde e Saneamento								
	2007	2007	2009	2009	2011	2011	2013	2013	2015	2015
Alecrim	138,91	449,76	180,37	508,82	121,59	602,06	66,12	670,43	26,36	578,65
Crissiumal	182,59	309,98	215,78	393,15	213,64	469,53	148,47	499,24	197,51	622,40
Derrubadas	133,15	843,20	1891,35	1069,89	825,68	979,17	702,38	1283,21	112,48	1028,16
Doutor Maurício Cardoso	0,00	591,97	0,00	764,73	1,91	789,11	23,46	977,64	185,41	951,19
Esperança do Sul	309,76	611,15	559,73	792,37	278,77	983,09	26,94	1006,78	100,54	936,91
Garruchos	36,86	1092,21	111,88	1223,58	95,59	1623,24	8,75	1640,62	2,74	1133,28
Novo Machado	80,05	555,50	0,00	866,55	170,34	1197,63	84,43	1461,26	56,84	1272,57
Pirapó	57,21	912,02	20,78	1183,54	140,13	767,01	995,09	1432,29	55,15	1347,13
Porto Lucena	1,58	538,41	21,46	677,53	105,85	623,01	33,72	728,68	*	*
Porto Mauá	62,59	851,55	36,74	1091,33	202,37	1163,90	35,65	1465,03	22,36	1440,41
Porto Vera Cruz	383,30	946,99	313,11	1260,62	476,91	1332,76	295,64	1559,80	99,71	1463,87
Porto Xavier	14,01	479,63	30,77	546,03	71,58	639,61	5,53	745,74	9,60	623,97
Roque Gonzales	80,54	384,81	69,70	594,47	189,04	621,19	60,01	752,28	81,74	691,42
São Nicolau	4,41	445,08	169,87	527,04	344,38	679,20	169,85	752,91	142,81	680,18
Tiradentes do Sul	260,86	477,10	318,09	572,39	368,48	767,05	331,81	788,91	105,14	664,21
Municípios não Fronteiriços	Habitação e Urbanismo	Saúde e Saneamento								
	2007	2007	2009	2009	2011	2011	2013	2013	2015	2015
Alegria	270,06	578,91	405,04	768,70	352,93	730,64	363,79	879,60	449,72	923,42
Boa Vista do Buricá	106,91	372,97	165,42	427,73	404,82	485,00	85,69	609,28	140,36	687,09
Bossoroca	36,34	548,98	122,19	624,08	149,35	689,26	35,95	874,46	30,30	12,29
Braga	75,21	554,89	68,88	790,19	156,54	1420,62	89,24	1081,20	112,66	822,43
Cerro Largo	128,10	263,51	177,17	326,95	224,29	420,71	203,33	505,19	172,72	429,15
Guarani nas Missões	143,52	278,24	138,06	302,22	217,39	494,46	115,80	505,47	118,08	511,53
Nova Candelária	113,11	626,93	63,22	815,49	316,22	890,74	152,55	1034,95	123,90	1130,15
São José do Inhacorá	155,49	835,38	191,76	954,31	209,22	1054,41	121,47	1251,72	106,86	1089,92
São Martinho	50,97	430,73	150,01	543,26	297,87	649,97	312,70	690,44	23,16	642,21
São Miguel das Missões	134,59	520,98	142,24	567,97	24,57	600,32	35,17	768,78	27,71	738,91
Sede Nova	211,89	346,53	32,06	730,39	477,64	427,20	184,99	989,07	405,95	955,59
Senador Salgado Filho	197,42	680,66	296,14	801,08	729,34	874,31	249,18	1017,88	270,02	1019,48
Tenente Portela	129,60	298,49	156,40	450,66	142,04	457,54	134,79	554,71	116,51	539,08
Tucunduva	137,15	456,45	134,85	506,51	272,78	616,96	37,42	769,99	57,33	763,09
Vitória das Missões	133,96	549,36	1144,68	742,16	155,87	857,33	87,08	940,84	109,37	867,97

Fonte: Dados organizados pelos autores a partir de BRASIL (2013 e 2016).

Quando se buscam relações destes recursos aplicados com os indicadores do IDESE, o foco se volta para os dados relativos à saúde representados no mesmo. É evidente que os indicadores de saúde são os mais elevados na composição do IDESE em quase todos os municípios analisados, sendo, os mesmos, grandes responsáveis pela elevação do IDESE Geral. Por outro lado, percebe-se que as oscilações nos intervalos de



dois anos são bens mais frequentes do que as constatadas no IDESE Educação e no Geral, denotando que a redução de recursos apresenta impactos imediatos nos indicadores. Comparando o início e o final da série, constata-se que 10 municípios, cinco de fronteira e cinco não fronteiriços, pioraram seus indicadores, o que, representa um alerta para os formuladores de políticas públicas.

**Quadro 05:** IDESE Saúde, 2007 – 2015.

Municípios de fronteira						Municípios que não são de fronteira					
Municípios	2007	2009	2011	2013	2015	Municípios	2007	2009	2011	2013	2015
Alecrim	0,812	0,801	0,825	0,807	0,791	Alegria	0,801	0,818	0,851	0,820	0,851
Crissiumal	0,807	0,837	0,833	0,825	0,847	Boa Vista do Buricá	0,831	0,830	0,849	0,887	0,868
Derrubadas	0,806	0,827	0,824	0,784	0,849	Bossoroca	0,772	0,781	0,777	0,786	0,815
Doutor Maurício Cardoso	0,784	0,764	0,822	0,812	0,800	Braga	0,759	0,800	0,784	0,821	0,868
Esperança do Sul	0,794	0,807	0,829	0,840	0,855	Cerro Largo	0,870	0,872	0,858	0,839	0,867
Garruchos	0,823	0,787	0,794	0,794	0,813	Guarani das Missões	0,801	0,803	0,819	0,818	0,808
Novo Machado	0,830	0,778	0,757	0,807	0,821	Nova Candelária	0,801	0,810	0,847	0,817	0,807
Pirapó	0,827	0,798	0,764	0,780	0,816	São José do Inhacorá	0,856	0,851	0,893	0,872	0,841
Porto Lucena	0,791	0,837	0,793	0,783	0,813	São Martinho	0,806	0,821	0,841	0,826	0,844
Porto Mauá	0,829	0,851	0,843	0,872	0,868	São Miguel das Missões	0,825	0,830	0,816	0,823	0,799
Porto Vera Cruz	0,822	0,818	0,812	0,792	0,795	Sede Nova	0,836	0,843	0,804	0,832	0,827
Porto Xavier	0,810	0,813	0,809	0,815	0,780	Senador Salgado Filho	0,769	0,810	0,834	0,830	0,820
Roque Gonzales	0,761	0,806	0,821	0,824	0,826	Tenente Portela	0,793	0,792	0,798	0,823	0,844
São Nicolau	0,776	0,724	0,753	0,799	0,834	Tucunduva	0,853	0,870	0,850	0,839	0,834
Tiradentes do Sul	0,764	0,788	0,771	0,799	0,817	Vitória das Missões	0,784	0,797	0,783	0,813	0,832

**Fonte:** Dados organizados pelos autores a partir de FEE (2018).

Comparados os desempenhos dos municípios de fronteira e os não fronteiriços percebem-se pequenas vantagem para os segundos, na medida em que nestes, apenas 4 municípios encontram-se abaixo da média estadual do indicador saúde (0,817). Nos municípios de fronteira são 7 abaixo da média estadual. O município de melhor desempenho foi Braga, não fronteiriço, que passou de 0,759, em 2007, para 0,868, em 2015. Enquanto o pior desempenho foi evidenciado por Porto Xavier (da fronteira), que passou de 0,810, em 2007, para 0,780, em 2015.



## Conclusão

A correlação entre valores do fundo público aplicado nas políticas sociais e indicadores de desenvolvimento é amplamente comprovada na literatura das ciências sociais e sociais aplicadas, especialmente em municípios de pequeno porte. Essa relação se consolida a partir da afirmação de que só há desenvolvimento quando se estende os benefícios do crescimento econômico, gerando condições de vida decente para todos. Vida decente supõe acesso à educação, saúde, assistência, saneamento básico, habitação, trabalho, segurança, entre outros direitos fundamentais do cidadão, garantidos por uma ação incisiva do Estado, quer de forma direta ou em parceria com organizações da sociedade, via políticas públicas.

No estudo realizado identificou-se a correlação entre aplicação do fundo público e indicadores de desenvolvimento, pois evidenciou-se que o aumento dos valores *per capita* aplicados nas políticas sociais teve sintonia com a melhora dos indicadores de desenvolvimento, representados nos dados relativos à educação (de forma mais consistente), à saúde e ao indicador síntese do IDESE. Os municípios que mais ampliaram os valores *per capita* aplicados em políticas sociais, independente se de fronteira ou não fronteiriços, tiveram desempenhos melhores do que os que não ampliaram, comparando-se os dados do IDESE para o período.

Mesmo que se tenha comprovado o que já vem sendo evidenciado em outros estudos, que os municípios de fronteira apresentam indicadores de desenvolvimento abaixo dos não de fronteira, os diferenciais de aplicação do fundo público em políticas sociais não se mostraram suficientes para explicar os diferenciais de desenvolvimento, exigindo novas perspectivas de estudos.

## Referências

BECKER, B. K.; HAESBAERT, R.; SILVEIRA, C. (orgs.). **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

BEHRING, Elaine. Crise do capital, fundo público e valor. In: BOSCHETTI, I. et al. **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010. Parte 1.



BRASIL – TESOURO NACIONAL. **SICONFI** – Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro. Brasília: Tesouro Nacional, 2016. Disponível em: <<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>>. Acesso em: 12 set. 2016.

BRASIL – TESOURO NACIONAL. **FINBRA – Finanças do Brasil** – Dados Contábeis dos Municípios. Brasília: STN, 2013. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/contas-anuais>>. Acesso em: 29 set. 2014.

CASTRO, Jorge A. Política social e desenvolvimento no Brasil. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 1011-1042, dez. 2012.

CASTRO et al. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

COUTO, B. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** São Paulo: Cortez, 2004.

FEE – Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul. **Índice de Desenvolvimento Socioeconômico dos Municípios – IDESE**. Porto Alegre: FEE, 2018. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/indicadores/indice-de-desenvolvimento-socioeconomico/>>. Acesso em: 25 out. 2018.

PFEIFER, Mariana. O “social” no interior do projeto neodesenvolvimentista. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 746-766, out./dez. 2014.

HORTELAN, Luiza T. A questão do território fronteiriço e suas articulações com gênero nas ciências sociais brasileiras: conceitos, usos, tradições, lugares. **ANAIS 40º Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, Minas Gerais, 24 a 28 out. 2016. Disponível em: <<http://anpocs.org/index.php/papers-40-encontro/st-10/st18-7/10327>>. Acesso em: 27 out. 2018.

OHMAE, Kenichi. **O fim do Estado-nação**. A ascensão das economias regionais. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

OHMAE, Kenichi. **O mundo sem fronteiras: poder e estratégia em uma economia global**. Tradução de Maria Cláudia O. Santos. São Paulo: Makron; McGraw-Hill, 1991.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2.ed., Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RANDOLPH, Rainer. A tríade do desenvolvimento, planejamento e política (poder): proposições para investigações de transformações e políticas regionais. In: ETGES, V. E; CADONÁ, M. A. (orgs.). **Globalização em tempos de regionalização** – repercussões no território. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2016, p. 39-62.

RIO GRANDE DO SUL. **Perfis – Regiões Funcionais de Planejamento**. Porto Alegre: SEPLAN-RS/DEPLAN, 2015.



RODRIGUES, Aline Lima. Fronteira e território: considerações conceituais para a compreensão da dinâmica do espaço geográfico. **Revista Produção Acadêmica**, Porto Nacional (TO), n. 2, p. 139-157, dez. 2015.

ROTTA, Edeimar. Desenvolvimento regional e políticas sociais: um estudo do Noroeste do Rio Grande do Sul na primeira década do século XXI. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 74 - 91, jan./jul. 2012.

ROTTA, Edeimar. **Desenvolvimento regional e políticas sociais no noroeste do estado do Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Serviço Social), PPGSS/PUCRS, Porto Alegre, 2007.

ROTTA, Edeimar; LAGO, Ivann C; ROSSINI, Neusa. Disputa pelo fundo público municipal: as políticas sociais na trajetória de duas décadas no Noroeste do Rio Grande do Sul. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 495-510, ago./dez. 2017. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/27554/16427>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

SALVADOR, Evilásio. Fundo Público e o financiamento das Políticas Sociais no Brasil. **SERV. SOC. REV.**, Londrina, v. 14, n.2, p. 04-22, Jan./Jun. 2012. Disponível em: <<file:///C:/Users/UFFS/Downloads/12263-54920-1-PB.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. del P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5.ed, São Paulo: Penso, 2013.

SILVA, Marlon L; TOURINHO, Helena L. Z. Território, territorialidade e fronteira: o problema dos limites municipais e seus desdobramentos em Belém/PA. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 2017 jan./abr., 9(1), 96-109. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/urbe/v9n1/2175-3369-urbe-2175-3369009001AO09.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2018.

SPOSATI, Aldaíza de O. Regulação social tardia: características das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e o terceiro milênio. In: MAIA, Marilene (Org.). Políticas sociais para um novo mundo necessário e possível. **Caderno Ideação**. Santa Maria: Gráfica Pallotti, 2002. p. 33- 53.

VARELA, Patrícia S; MARTINS, Gilberto de A; CORRAR, Luiz J. Perfil dos gastos públicos versus perfil econômico-social dos municípios paulistas. **RCO – Revista de Contabilidade e Organizações**, FEARP/USP, v. 3, n. 5, p. 80 - 97 jan./abr. 2009.